

Representantes presentes da Câmara Social

1. Salvador Arnone (OAB) – suplente
2. Luiz Roberto Barretti (ABES)
3. Adriano Bressane (UNESP)
4. Ricardo Law (UNIP)
5. Marcelo de Sousa Godoy (IEPA)
6. Lincoln Delgado (GCE)
7. Ralf Gielow (SAVIVER)
8. Silvio Holleben (AABE) – suplente
9. Kelly Caramelo (SASP)
10. Renato Veneziani (SIND. RURAL)
11. Ronaldo Madureira (SEURBS)
12. Teles Eduardo Pivetta (SEURBS) -

- suplente
13. Bruna Azevedo Leite (SEURBS) -
suplente
 14. Georges Salim Assaad Junior (GARD)
 15. Angela Hiromi Kamogari Baldan (SS)
 16. Vinícius de Pinho Correa (SIDE)
 17. Marcos André da Rosa (SFX)
 18. Francisco Godoy (SMC)
 19. Rodrigo Costa (URBAM) - suplente
 20. Gustavo Bahia (SABESP)
 21. Dulce Rita (Câmara)

Demais cidadãos presentes

1. Taciana Silva (Jardim Satélite)
2. Irineu de Brito Junior (UNESP)
3. Rodrigo Romanini Matsukura
(PMSJC)

4. Livia Corrêa Silva (SEURBS)
5. Lucas Lacaz Ruiz (Rede Agro)
6. Ciro Croce (Equaliza)

Pauta:

1. **Aprovação da ATA da reunião ordinária de 22/05/19;**
2. **Apresentação SABESP - Saneamento;**
3. **Apresentação do relatório final da Câmara Técnica de Resíduos;**
4. **Balanco parcial da "Semana do Meio Ambiente".**

1 Às catorze horas e vinte minutos do dia treze de junho de dois mil e dezenove, o
2 Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM Lincoln Delgado
3 (GCE), deu início à reunião ordinária, cumprimentando os presentes e agradecendo a
4 presença de todos. Esclareceu que se trata da segunda reunião da semana, sendo que
5 a primeira, realizada em dez de junho de dois mil e dezenove, foi uma extraordinária
6 em que se discutiu a revisão da Lei de Zoneamento. Disse também que esta reunião
7 teria praticamente uma pauta exclusiva, em que a SABESP apresentaria um balanço
8 sobre os investimentos no Município e a respeito da qualidade da água, já que a
9 imprensa nacional havia divulgado resultados alarmantes a respeito da presença de
10 agrotóxicos na água. Em seguida, mencionou que o Sr. Junior explanaria a respeito
11 dos investimentos e que o Sr. Sávio, ambos funcionários da SABESP, falaria sobre a
12 qualidade da água. Seguidamente, passou a palavra para o Sr. Junior (SABESP), que
13 iniciou sua fala pugnando por uma correção, pois alegou que o e-mail que havia
14 recebido não mencionava a respeito dos investimentos, mas do prêmio que a
15 SABESP/Município recebeu da ABES por ter alcançado o sétimo lugar em melhor
16 tratamento da água. Assim, Junior deu início à sua apresentação, desculpando-se pelo
17 fato do Engenheiro André não ter podido comparecer à reunião, eis que precisou ir a
18 São Paulo e em seguida, mencionando o prêmio que o Município recebeu – das cem
19 maiores cidades do Brasil, São José dos Campos está em sétimo lugar no que tange a
20 tratamento de água e esgoto (cobertura de coleta, tratamento de água/esgoto,
21 questões de eficiência como perda, por exemplo). Disse que Taubaté ficou em oitavo
22 lugar. Colocou que, atualmente, em São José, a SABESP tem uma captação superficial
23 em quarenta e três poços artesianos; duas estações de tratamento de água, sendo a
24 sede no Centro e outra em São Francisco Xavier; setenta e quatro reservatórios, onde
25 são reservados setenta e nove milhões de litros de água por dia; uma estação
26 elevatória de água bruta; vinte e cinco estações elevatórias de água tratada; sessenta e
27 cinco *busters*; e mil e setecentos quilômetros de rede de água no Município,
28 abastecendo duzentas e sessenta e três mil economias (aproximadamente setecentas
29 mil pessoas). Com relação ao sistema de esgoto, mencionou a existência de três
30 estações de tratamento de esgoto (ETE) – Lava-pés, Pararangaba e São Francisco
31 Xavier; oitenta e nove elevatórias de esgoto com capacidade de tratamento de esgoto
32 de um mil e quinhentos litros por segundo e novecentos quilômetros de rede de
33 tratamento de esgoto, atendendo cento e noventa e três mil economias. Falou que
34 devido aos investimentos realizados pela SABESP nos últimos anos, São José dos

35 Campos conta com 99,8% de cobertura de água, 99,1% de cobertura de esgoto, sendo
36 que 100% dele é tratado, resultados que conferiram ao Município o sétimo lugar dentre
37 as cem maiores cidades brasileiras. Em seguida, apresentou um comparativo entre
38 país, estado e município, dizendo que relativamente a abastecimento de água, a média
39 brasileira é de 83,3%, Estado de São Paulo – 95,64%, interior do Estado - 99% e São
40 José dos Campos - 99,8%. Em relação à coleta de esgoto, o Brasil coleta apenas 50%,
41 o Estado de São Paulo, 88,39%, interior de São Paulo, 89% e São José, 99,1%. No
42 que tange ao tratamento do esgoto coletado, o Brasil apresenta índices de 42,67%,
43 Estado de São Paulo, 61%, interior de São Paulo, 98% e São José dos Campos, 100%.
44 Mencionou ainda que o cenário vem mudando gradativamente e que uma das provas é
45 a possibilidade de pessoas pescarem no Rio Paraíba, Vidoca, etc. Relatou,
46 abreviadamente, a respeito dos investimentos, como ampliação do sistema de
47 “reservamento” da zona norte; na zona leste, três reservatórios de três milhões de
48 litros; na zona sudoeste, dois reservatórios de três milhões de litros; renovação dos
49 equipamentos de bombeamento da ponta da zona sul; remanejamento de redes de
50 água; reforço no abastecimento da zona leste; substituição de painéis elétricos na zona
51 sul. Em relação aos investimentos na coleta e tratamento de esgoto, disse da
52 ampliação da Lava-pés, conclusão da ETE Pararangaba, construção de redes
53 coletoras elevatórias para coletar e transportar até Pararangaba. Fez referência, ainda,
54 ao sistema de distribuição de água, mencionando que se encontra em licitação um
55 novo plano de distribuição de água para São José dos Campos e Caçapava. Por
56 conseguinte, o Sr. Sávio – diretor de controle sanitário do Vale do Paraíba - SABESP,
57 tomou a palavra a fim de iniciar sua apresentação. Falou que a unidade é responsável
58 por mapear toda a qualidade da água da SABESP. Reconheceu que o assunto é
59 bastante polêmico, destacando a notícia divulgada em que um coquetel de vinte e sete
60 agrotóxicos havia sido encontrado na água. Criticou a maneira com a qual a notícia foi
61 divulgada, dizendo que não há dados de monitoramento de mais da metade dos
62 municípios do Brasil. Disse ainda que, de acordo com a legislação, esse
63 monitoramento tem que ser feito por quem distribui água. Colocou que a partir do
64 segundo semestre de dois mil e dezoito, a SABESP começou a transmitir o relatório
65 semestral (que contém dados a respeito dos agrotóxicos) para o SISÁGUA. Ressaltou
66 que a autoridade de vigilância municipal pode discordar dos dados apresentados.
67 Voltou a criticar a divulgação da notícia, narrando que recebeu questionamentos de oito
68 prefeituras e que a de São José foi uma delas, através da vigilância sanitária. Destacou
69 que a vigilância sanitária de São José pediu relatórios, documentos, etc., de forma
70 desnecessária eis que basta o acesso ao sistema (SISÁGUA) para obter todos os
71 dados, além de que os referidos relatórios são enviados a autoridade de saúde pública.
72 Em seguida, mostrou dados comparativos entre as amostras utilizadas pela reportagem
73 e o monitoramento realizado pela própria SABESP, afirmando que os dados utilizados
74 pela mídia foram coletados de dois mil e quatorze até dezembro de dois mil e
75 dezessete e os da SABESP foram coletados até o dia trinta do mês de abril do
76 corrente. De acordo com ele, foram seis mil e seiscentos e trinta e três ensaios
77 realizados, não foi constatada nenhuma anomalia e poucas detecções, sendo que elas

78 estão abaixo do limite tolerado pela legislação. Seguidamente, destacou matéria
79 jornalística que colocava em dúvida a afirmação feita por outra reportagem que a água
80 estaria contaminada com agrotóxicos, já que eventuais falhas humanas quando do
81 preenchimento do SISÁGUA haviam sido detectadas. Demonstrou que mesmo em São
82 José dos Campos houve equívocos por parte da vigilância sanitária no momento da
83 transferência de dados entre os relatórios enviados e o sistema SISÁGUA. Mencionou
84 que em reunião realizada em São Bento do Sapucaí fora informado pela própria
85 Vigilância Sanitária que eles não haviam recebido qualquer orientação a respeito de
86 como trabalhar com os dados enviados pela SABESP. Afirmou ainda que a reportagem
87 foi baseada em diretivas internacionais, o que não representa a realidade local. Falou
88 ainda que nos últimos cinco anos, a SABESP realizou em todos os seus sistemas (todo
89 o Estado de São Paulo) cento e noventa e cinco mil ensaios, sendo detectados apenas
90 “traços”, ou seja, nada de relevante, nunca acima do valor máximo permitido pela
91 legislação. A seguir, o presidente do COMAM, Lincoln Delgado (GCE), antes de
92 consultar o Plenário a respeito da existência de questionamentos, colocou que sempre
93 contestou os números apresentados pela SABESP a respeito da quase plenitude de
94 seus serviços, lembrando que o contrato da SABESP abrange apenas 30% (trinta por
95 cento) do Município, ou seja, apenas o território urbano, descartando, de acordo com
96 ele, 70% (setenta por cento) do Município onde existem moradias, núcleos. Afirmou
97 também que é preciso lembrar que ainda existem duzentos núcleos irregulares no
98 Município, sendo que em alguns a SABESP não atua. Assim, disse que é preciso ter
99 cuidado, pois os números apresentados podem passar a ideia de uma universalização
100 que não existe. Disse ainda a respeito da quantidade de hormônio sexual feminino
101 encontrado na água do Rio Paraíba, de acordo com pesquisas realizadas pela
102 Universidade Federal do Rio de Janeiro e por mais duas Universidades da Espanha.
103 Cobrou mais investimentos da SABESP no Município, uma vez que a SABESP de São
104 José dos Campos está no segundo lugar do estado quando o assunto é arrecadação.
105 O representante da SABESP, Sr. Sávio, disse que compartilha da opinião do
106 presidente do COMAM em relação à existência de núcleos irregulares, zona rural, onde
107 a empresa não atua. Em seguida, o Sr. Junior, também representante da SABESP,
108 colocou que a empresa não pode fazer implantação de rede coletora de esgoto e de
109 água em loteamentos irregulares, mas na medida em que o Município proceder à
110 regularização desses núcleos, a SABESP irá levar rede de água e esgoto. Em seguida,
111 o suplente da representante da OAB, Salvador Arnone questionou a respeito da
112 porcentagem de atendimento da SABESP no Município, levando-se em conta a
113 existência dos quarenta e três poços artesianos e a ele foi respondido que os poços
114 representam aproximadamente 30%. (trinta por cento) do total de água captada no
115 Município. Essa água vai para os reservatórios da SABESP, onde dilui a água que vem
116 da ETA, não existindo distribuição direta da água proveniente de poços artesianos.
117 Questionou ainda, a respeito da solução de uma eventual discordância entre a
118 Vigilância Sanitária e a SABESP em relação aos dados por ela enviados. Sávio
119 respondeu que não é comum a existência de divergências, porém quando de sua
120 existência, é enviado ofício para que a empresa responda. Sávio ainda respondeu

121 sobre a coincidência de pontos de coleta, dizendo que está tentando que isso ocorra.
122 Salvador Arnone sugere que a Vigilância Sanitária participe de reunião do COMAM
123 para apresentação de dados. Continuamente, diz que praticamente todos os dias há
124 homologação de novos agrotóxicos e questiona se a SABESP toma iniciativa em
125 combatê-los. Sávio responde que sim; em que pese estar a apenas um ano na cidade,
126 diz que já estão traçando um panorama, mesmo que não estejam na lista dos vinte e
127 sete agrotóxicos. Logo depois, o representante da ABES, Luiz Roberto Barreti, destaca
128 que foi a ABES a responsável por elaborar o ranking que conferiu a São José dos
129 Campos o sétimo lugar dentre os cem maiores municípios. Esclareceu também o
130 trabalho realizado pelos comitês, que está mais voltado ao lançamento de efluentes
131 que não têm tratamento e acabam resultando em dano ambiental e não diretamente à
132 qualidade da água que está sendo consumida. Menciona que todos os municípios
133 analisados, pertencentes à bacia do Rio Paraíba, inclusive os que têm cabeceira,
134 apresentaram problema. Faz críticas à quantidade de componentes químicos que são
135 liberados na atualidade. Depois, o conselheiro Ralf Gielow, da SAVIVER aponta para a
136 diferença entre a normativa da União Européia e a do Brasil, destacando que na
137 primeira há um limite máximo da soma dos componentes químicos, enquanto no Brasil
138 não há, bastando que esteja abaixo do limite legal de cada um, sugerindo que, na
139 revisão, passe a constar um limite para o que chama de "somatório". Sávio, da
140 SABESP, diz que o processo de revisão é aberto para sugestão da população, sendo
141 necessário apenas o acesso ao site do Ministério da Saúde. Em seguida, o Sr. Sílvio
142 Holleben (AABE), pergunta o número de clientes que a SABESP tem na cidade e a ele
143 é respondido que são cento e oitenta e sete mil ligações e duzentas e sessenta mil
144 economias, sendo que um prédio tem uma ligação e os apartamentos representam as
145 economias. Sílvio pergunta ainda se, no caso dos prédios, cada apartamento é
146 considerado um consumidor e a ele é respondido que sim. Sílvio complementa seus
147 questionamentos dizendo a respeito de uma taxa que vem sendo cobrada há dois anos
148 na conta de água, colocando que se multiplicarmos o valor desta taxa pelo número de
149 consumidores, o resultado será uma grande monta de recursos que pode ser utilizado
150 para investir em melhorias. Sávio, da SABESP, diz que o setor comercial da empresa
151 pode comparecer ao COMAM para maiores e mais detalhados esclarecimentos, mas
152 menciona que a SABESP tem investido constantemente em aprimorar seus serviços.
153 Logo depois, o conselheiro Ricardo Law (UNIP) questiona se a informação divulgada
154 pela mídia pode ser considerada uma *fake news*. Sávio responde que levando-se em
155 conta São José dos Campos e os dados da SABESP, a notícia pode sim ser
156 considerada *fake news*. Ricardo Law pergunta a respeito da maneira com a qual a
157 SABESP rebateu a matéria jornalística. Sávio responde que, após pesquisa, não
158 encontrou qualquer manifestação pública da empresa, mas que internamente houve a
159 divulgação de uma nota padrão. Ricardo Law reitera o questionamento, perguntando os
160 motivos pelos quais não divulgaram uma nota oficial, já que é apresentada como uma
161 empresa que se preocupa com a população, transparência, etc. Sávio coloca que não
162 sabe responder ao questionamento, que se trata de decisões de responsabilidade da
163 alta direção da SABESP. Ricardo pergunta se os dados referentes a São José dos

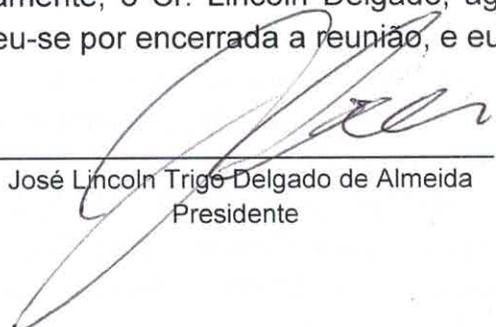
164 Campos e que estão disponíveis no site da SABESP estão atualizados e Sávio
165 responde que não entrou no site para checar a data da última atualização. Ricardo
166 pergunta também se há análise dos cursos d'água (do Rio Comprido até Eugênio de
167 Melo) e Sávio responde negativamente, dizendo que há monitoramento nos pontos de
168 captação. Ricardo Law reitera o que o presidente do COMAM relatou a respeito da falta
169 de atendimento da SABESP nos núcleos irregulares, contestando os números
170 apresentados. Questiona ainda a respeito do funcionamento da ETE do bairro
171 Pinheirinho dos Palmares, quando é informado pelo Sr. Junior, da SABESP, que o
172 bairro mencionado não conta com uma ETE, mas sim com duas estações elevatórias
173 de esgoto, sendo que o todo o esgoto coletado é encaminhado para as ETE's da
174 cidade. Salaria que no bairro não há tratamento de esgoto, mas coleta e afastamento
175 de esgoto. Junior esclarece que o esgoto coletado no Pinheirinho dos Palmares é
176 direcionado a ETE Lava-pés. Ricardo Law menciona que o município de Franca
177 divulgou há alguns anos o tratamento de esgoto, a captura do gás metano e a geração
178 energia da cidade, questionando o motivo de a SABESP não estender tal iniciativa a
179 outros municípios. Sávio responde que o município de Franca sempre foi diferenciado e
180 pioneiro no desenvolvimento e tratamento de esgoto. Por conseguinte, o presidente do
181 COMAM, esclarece que o Secretário Executivo do Conselho, Pedro Ortiz, localizou
182 uma resposta da SABESP no mesmo site que noticiou a existência do "coquetel de
183 agrotóxicos" na água. Junior, da SABESP, esclarece que a taxa mencionada pelo Sr.
184 Sílvio Holleben é referente à regulação e que a mesma é revertida para a ARCESP,
185 que é a agência de regulação. O presidente do COMAM destaca que a SABESP será
186 pauta de outras reuniões do Conselho até por conta da ARCESP, dizendo que não há
187 necessidade da existência de uma agência estadual quando poderíamos contar com
188 uma agência municipal, eis que é o município o poder concedente, mas que a cidade
189 "abriu mão" da oportunidade em dois mil e oito. Menciona ainda o valor (R\$ 8 a R\$ 10
190 milhões), disposto anualmente pela SABESP, depositado no caixa único da Prefeitura e
191 que é destinado na integralidade para a URBAM que, segundo ele, é um montante
192 relevante para que seja investido em políticas públicas. Menciona ainda que a
193 ARCESP já se manifestou acerca da possibilidade de firmar um convênio com o
194 município a fim de que todo o valor arrecadado que guarde relação com São José seja
195 repassado para a cidade e reitera que são assuntos que devem fazer parte das
196 próximas discussões no COMAM. Em seguida, o presidente do COMAM, Lincoln
197 Delgado (GCE), agradece a presença dos representantes da SABESP, acatando a
198 ideia do Sr. Sávio em agendar uma visita técnica monitorada às instalações da
199 empresa em São José dos Campos. Sem demora, passou a palavra para o
200 coordenador da Câmara Técnica de Resíduos, Eng. Rodrigo Romanini (SEURBS) para
201 iniciar a apresentação do relatório final. Rodrigo iniciou sua fala cumprimentando a
202 todos e se apresentando, dizendo que já havia sido enviado o material objeto da
203 apresentação para os membros do Conselho. Inicialmente, colocou que a Câmara
204 Técnica de Resíduos foi criada no dia treze de junho de dois mil e dezoito durante uma
205 reunião do COMAM, tendo como membros o Sr. Ricardo Law (UNIP), Wellington
206 (URBAM), Paulo Peneluppi (AEA), Angela Baldan (Saúde) e Gabriela Fachini (SMC).

207 Destacou a presença de convidados e terceiros durante as reuniões, tais como
208 servidores e alunos da UNESP e servidores do Departamento de Gestão Ambiental da
209 SEURBS. Durante este período foram realizadas nove reuniões. Rodrigo fala que o
210 grupo de trabalho elegeu o tema “Como reduzir a quantidade de resíduos orgânicos e
211 de limpeza urbana que são inadequadamente dispostos no aterro sanitário?” como o
212 centro das discussões da Câmara Técnica, dividindo-o em duas frentes: a) Resíduos
213 oriundos da coleta em pontos de descarte irregular, e b) Tratamento Mecânico-
214 Biológico (TMB). Em relação ao item “a”, disse que os resíduos coletados em pontos
215 irregulares representaram 12% (doze por cento) do total de resíduos coletados no
216 município, sendo que desse número, 1% (um por cento) eram reciclados de interesse
217 comercial, cerca de 96% (noventa e seis por cento) eram inertes e 1,5% (um e meio
218 por cento) eram materiais orgânicos. Ressalta, em seguida, que esses materiais tem o
219 potencial de serem reutilizados, reciclados, compostados, ou seja, podem tomar outro
220 rumo que não o do aterro sanitário. Seguidamente, apresenta as soluções apontadas
221 pela Câmara Técnica, quais sejam, ampliação da rede de PEV’s (lembrando que o
222 Plano Municipal previu a instalação de vinte e dois PEV’s até o ano de dois mil e vinte e
223 dois), fiscalização (utilização de aplicativo contendo ferramentas de monitoramento e
224 denúncia, instalação de câmeras nos locais onde ocorrem descartes irregulares e
225 utilização de Drones para monitoramento), ações de educação ambiental formal junto
226 às escolas municipais a partir do currículo, esquetes teatrais sobre descarte correto da
227 construção civil e resíduos volumosos (que acabam estando inseridos nos 96% de
228 inertes), formação com professores e visitas com alunos e professores aos PEV’s,
229 trabalho com lideranças comunitárias e trabalho dirigido em parceria com atores
230 envolvidos na cadeia produtiva e aqueles responsáveis pela comercialização de
231 resíduos da construção civil (casas de materiais de construção, comércios, ACONVAP,
232 SINDUSCON, AEA, dentre outros), ações focadas nos locais onde ocorrem descartes
233 irregulares em parceria com a fiscalização e controle, ações envolvendo lideranças
234 locais e empresariais a fim de vitalizar e qualificar as áreas (instalação de
235 equipamentos públicos, tratamento arquitetônico e paisagístico, reflorestamento, etc.);
236 relativamente ao item “b”, o grupo sugeriu como solução averiguar a possibilidade de
237 implantação de uma usina de tratamento de resíduos da construção civil (via consórcio,
238 parceria público-privada) com o intuito de reciclar os rejeitos. Em seguida, Rodrigo
239 esclarece o termo “TMB”, colocando que o Plano de Resíduos, homologado no ano de
240 dois mil e quinze, adotou o TMB como parte integrante do sistema que seria
241 estruturado para tratamento dos resíduos sólidos urbanos; ele teria a capacidade de
242 processar parte dos resíduos sólidos urbanos com o objetivo de desviar rejeitos do
243 aterro e obter frações de materiais valorizáveis e/ou energia. Em resumo, destaca que
244 o TMB é uma tecnologia de pré-tratamento com a capacidade de processar resíduos
245 sólidos urbanos misturados, ou seja, são aparatos que aumentam o desempenho
246 técnico com uso de tecnologia, etc., que envolveria processos mecânicos (remoção de
247 volumosos, rasgas-sacos, trituração, peneiramento, separadores magnéticos, etc.) e
248 biológicos (compostagem ou digestão anaeróbia), que além de desviar os rejeitos do
249 aterro, possibilitam diminuições de volume da fração que precisa ser aterrada. Em

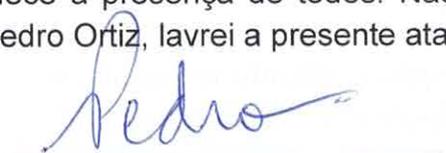
250 continuidade, explica que mesmo que o município venha a dispor seus resíduos em
251 outra cidade (menciona que essa possibilidade não está apontada no plano), não faz
252 sentido não diminuir o volume dos rejeitos para enviá-los para outra cidade e o TMB
253 cumpriria bem este papel. Destaca que para que o TMB funcione bem, várias outras
254 ações também devem estar em pleno funcionamento, sendo fundamental um estudo
255 prévio de viabilidade técnica aliado a um plano de negócio. Diz que o exemplo
256 estudado foi o de São Paulo/SP, colocando que o município não cobra taxa de coleta
257 de resíduos. A Prefeitura de São Paulo realizou uma parceria com o BNDES, optando
258 pelo modelo de concessão. Rodrigo, caminhando para a conclusão de sua
259 apresentação, menciona o desfecho a que chegou o grupo, ressaltando a necessidade
260 da utilização do princípio do poluidor-pagador/protetor-recebedor (presente da Política
261 Nacional de Resíduos Sólidos), de forma a onerar ou premiar os geradores de resíduos
262 e a criação de um grupo de trabalho envolvendo atores da Prefeitura, contando
263 minimamente com servidores da SEURBS, SMC e URBAM, de forma a fortalecer a
264 capacidade de desempenho permanente para implantação do Plano Municipal, tendo
265 em conta a responsabilidade de cada um. Em seguida, o presidente Lincoln Delgado
266 agradece ao Eng. Rodrigo e abre para manifestação do Plenário. O primeiro a se
267 manifestar é o representante da SABESP, Sr. Gustavo Bahia, que, de início,
268 parabeniza o Eng. Rodrigo Romanini pela apresentação e pelo trabalho realizado,
269 dizendo, em seguida, que as soluções apresentadas não se revelam novas, mas que,
270 infelizmente, quando chegam aos bairros, um dos únicos locais em que não há
271 descarte irregular é o campo de futebol. Menciona que uma das soluções que deu
272 resultado é o trabalho realizado com as latinhas de alumínio, uma vez que a própria
273 população busca encontrá-las e consegue extrair valor real, sugerindo que quando da
274 implantação da usina, crie-se um mecanismo de ressarcimento ao cidadão que levar
275 seu resíduo até o local. Rodrigo Romanini elogia a ideia do Sr. Gustavo Bahia, dizendo
276 que se trata de logística reversa. Menciona ainda que o Brasil é campeão mundial em
277 reciclagem de latinhas, dado o alto valor que o alumínio tem. Ato contínuo, o
278 Presidente do COMAM, sugere que o município insista que o consumidor deixe o
279 resíduo no próprio comércio, no ato da compra, além do incentivo para instalação de
280 Ecopontos. Salaria que o resultado apresentado pela Câmara Técnica não pode virar
281 uma "carta de intenções", ou seja, há que praticá-lo. Complementa dizendo que é
282 necessária a criação de uma cultura municipal a fim de que não seja tolerada qualquer
283 presença de lixo nas ruas. Logo depois, o representante do Poder Público, Eng.
284 Ronaldo Madureira (SEURBS), parabeniza o Eng. Rodrigo e todos os membros da
285 Câmara Técnica, e coloca que a educação ambiental já é um trabalho diuturno da
286 SEURBS, principalmente com as crianças. Destaca também que a construção de
287 PEV's (um por ano) foi retomada na atual gestão. Além disso, menciona a instalação
288 de um *container* no Parque Vicentina Aranha, explicando que o município que levar
289 resíduos recicláveis até o local é beneficiado com créditos para locação de bicicletas,
290 patinetes, etc. Relata o sucesso que faz o plantio de pomares em espaços
291 anteriormente utilizados para descarte irregular de resíduos, concordando com a
292 requalificação desses espaços públicos. Por fim, Ronaldo Madureira solicita ao

293 presidente do COMAM que o balanço parcial da “Semana do Meio Ambiente” seja
294 adiado para o começo da próxima reunião do COMAM, dado o avançar do tempo.
295 Depois, o suplente da representante da OAB, Sr. Salvador Arnone, reforça o convite
296 para o evento intitulado “Lixo Zero: Perspectivas da Lei de Resíduos Sólidos” que
297 acontecerá nas dependências da OAB no dia 17 de junho. Em seguida, Salvador,
298 sugere que a Prefeitura faça como o município de Jundiaí e referencie as empresas
299 que possam receber os resíduos oriundos da construção civil. Logo depois, a
300 conselheira Angela Baldan (Secretaria de Saúde), ressalta que quando o grupo se
301 reuniu, cada um dos membros tinha uma ideia diferente do que seriam as discussões
302 da Câmara Técnica, mencionando que ela própria desejava desenvolver um trabalho
303 mais voltado aos resíduos da saúde, já que considera tímida a legislação municipal
304 atinente ao assunto. Destaca que é mais do que necessário que a prefeitura forme um
305 grupo permanente relacionado ao assunto, envolvendo várias secretarias municipais
306 (lembra que o Plano Municipal é de gestão integrada), havendo necessidade de
307 integração entre os membros. Sem demora, o presidente do COMAM, sugere que a
308 Câmara Técnica de Resíduos possa ter um caráter permanente envolvendo as
309 secretarias municipais e também membros da sociedade civil e que bimestralmente os
310 trabalhos desenvolvidos fossem apresentados ao COMAM. Em seguida, Ricardo Law
311 (UNIP) diz que concorda com a criação de um grupo permanente, além de mencionar a
312 importância da educação ambiental. Questiona, logo depois, qual será o
313 direcionamento do relatório final da Câmara Técnica e a ele é respondido que o
314 COMAM irá enviar ao Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade com cópia ao Sr.
315 Prefeito do Município. Ato contínuo, o Eng. Rodrigo Romanini (SEURBS), que
316 funcionou como coordenador da Câmara Técnica de Resíduos, diz entender que é a
317 Prefeitura a responsável por fazer gestão e não a Câmara Técnica, que, inclusive
318 regimentalmente, tem caráter temporário, motivo pelo qual discorda da possibilidade de
319 se tornar permanente. Em seguida, se mostra favorável à criação de um grupo pela
320 Municipalidade. Logo depois, o presidente do COMAM, fala que a intenção é fazer com
321 que a Câmara Técnica seja um fórum permanente de discussão entre as Secretarias,
322 com calendário e pauta previamente divulgados, uma vez que, no dia a dia, elas
323 encontram dificuldade em debater a respeito de temas comuns. Menciona ainda que,
324 de fato, a Câmara Técnica não possui força jurídica para deliberar, mas quando os
325 assuntos deliberados chegam ao Plenário do COMAM, este, em que pese não ser
326 deliberativo, pode sugerir ações ao governo da cidade. Rodrigo diz também que é
327 necessário esclarecer quais são os objetivos das Câmaras Técnicas. Após, o Sr. Ralf
328 Gielow (SAVIVER), usa da palavra para colocar que, de fato, a educação é a “chave”
329 para os problemas, mencionando uma experiência vivida em Curitiba. Diz ainda sobre
330 uma empresa situada na capital que atua no ramo da construção civil, relatando que
331 uma colega a contratou para construir uma casa e que não houve qualquer desperdício
332 de material. Por fim, registra um agradecimento em nome da SAVIVER, direcionado à
333 PETROBRÁS que cercou uma área de proteção permanente (APP), impedindo o
334 descarte irregular de resíduos. Logo depois, Livia Corrêa (SEURBS), destaca a
335 importância e a seriedade do tema discutido na Câmara Técnica de Resíduos,

336 mencionando que o aterro está no final de sua vida útil e lembrando a necessidade de
337 se encontrar uma solução tecnológica para o problema, o que será colocado em prática
338 somente em âmbito de gestão municipal. Dando continuidade às manifestações do
339 Plenário, o estudante Carlos (UNESP) toma a palavra e questiona qual a porcentagem
340 de material objeto de coleta seletiva que retorna à cadeia, ou seja, que consegue ser
341 reutilizado. Rodrigo Romanini (SEURBS) responde que a URBAM tem melhores
342 condições de respondê-lo, mas que, salvo engano, de 40% (quarenta por cento) a 60%
343 (sessenta por cento) do material coletado não tem mais serventia e acaba indo para o
344 aterro. Em seguida, questionado pelo presidente do COMAM se a URBAM conseguiria
345 responder, o representante da empresa Rodrigo, diz que Rodrigo Romanini (SEURBS)
346 está correto, relatando que em torno de 50% (cinquenta por cento) dos resíduos
347 coletados através da coleta seletiva conseguem retornar para que sejam reutilizados. O
348 presidente do COMAM, em complementação à pergunta do estudante Carlos,
349 questiona a URBAM a respeito de qual é a quantidade de material reciclado que acaba
350 permanecendo no aterro por não ter valor de mercado agregado. O representante da
351 URBAM diz que é preciso que se realize um estudo a fim de responder ao
352 questionamento. A seguir, Lucas Lacaz (Rede Agro), menciona que gostaria de ter
353 participado das Câmaras Técnicas, reiterando seu pedido de ingresso. Diz que existem
354 municípios que podem dar boas contribuições ao grupo, além da possibilidade de
355 Vereadores participarem mais ativamente das discussões. Critica a utilização de “sacos
356 verdes” pela URBAM, que, de acordo com ele, não são biodegradáveis. Coloca que
357 durante uma reunião que participou junto à Igreja, foi informado pelo Sr. Prefeito que o
358 problema do aterro já está resolvido, que será transferido para Jambeiro. Destaca
359 também o trabalho de compostagem realizado por ele na Praça Rubens Castilho que,
360 segundo suas palavras, foi destruído sem qualquer respaldo da Prefeitura. Rodrigo
361 Romanini (SEURBS), representante do Poder Público, diz que ele próprio e a Câmara
362 Técnica desconhecem a informação de suposta transferência do aterro sanitário para o
363 município de Jambeiro, mas que se isso vier a acontecer há que lembrar que o aterro
364 de cidade diversa também tem vida útil e que será necessário diminuir o volume de
365 resíduos para enviá-los para qualquer destino. Retoma a palavra o presidente do
366 COMAM, Sr. Lincoln Delgado (GCE), informando sobre a possibilidade de convocação
367 de uma reunião extraordinária do Conselho para que a Câmara Técnica de
368 Zoneamento apresente relatório de seus trabalhos. Finalizando a reunião, submete ao
369 Plenário a ata da reunião ordinária do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezenove e
370 na ausência de qualquer manifestação, considera aprovada referida ata.
371 Continuamente, o Sr. Lincoln Delgado, agradece a presença de todos. Nada mais a
372 tratar, deu-se por encerrada a reunião, e eu, Pedro Ortiz, lavrei a presente ata.



José Lincoln Trigo Delgado de Almeida
Presidente



Pedro Ortiz
Secretário Executivo